

ANAIS DA XIII JORNADA CIENTÍFICA DE PESQUISA SOCIAL

I Jornada de Direitos Humanos
2016



**CENTRO UNIVERSITÁRIO DE VOLTA REDONDA
FUNDAÇÃO OSWALDO ARANHA**

**ANAIS DA XIII JORNADA CIENTÍFICA
DE PESQUISA SOCIAL**

I Jornada de Direitos Humanos

Comemoração dos 15 Anos do Curso de Serviço Social

16 a 20 de maio de 2016

FOA

EXPEDIENTE

FOA

Presidente

Dauro Peixoto Aragão

Vice-Presidente

Eduardo Guimarães Prado

Diretor Administrativo - Financeiro

Iram Natividade Pinto

Diretor de Relações Institucionais

José Tarcísio Cavaliere

Superintendente Executivo

Jairo Conde Jogaib

Superintendência Geral

José Ivo de Souza

UniFOA

Reitora

Claudia Yamada Utagawa

Pró-reitor Acadêmico

Carlos José Pacheco

Pró-reitor de Pesquisa e Pós-graduação

Alden dos Santos Neves

Pró-reitor de Extensão

Otávio Barreiros Mithidieri

EDITORA FOA

Editor Chefe

Laert dos Santos Andrade

FICHA CATALOGRÁFICA

Bibliotecária: Alice Tacão Wagner - CRB 7/RJ 4316

J82a Jornada Científica de Pesquisa Social.
Anais da XIII Jornada Científica de Pesquisa Social. I Jornada de Direitos Humanos. UniFOA, 16 a 20 de maio de 2016, Centro Universitário de Volta Redonda [recurso eletrônico]: comemoração dos 15 anos do Curso de Serviço Social. / organizado por Daniele do Val; Felipe da Matta; Helio de Lena, et al. [realização FOA, UniFOA, – Volta Redonda: FOA, 2016.

ISBN: 978-85-5964-018-2

1. Serviço social - jornada. I. Val, Daniele do. II. Matta, Felipe da. III. Lena, Helio de. IV. Fundação Oswaldo Aranha. V. Título.

CDD – 361

COMISSÃO ORGANIZADORA

Daniele do Val
Felipe da Matta
Helio de Lena
Karin Escobar
Marcos Gandra
Mônica Barison
Rozana de Souza
Ursula Fraga

APRESENTAÇÃO

Na décima terceira edição da Jornada Científica de Pesquisa Social, comemoramos os 15 anos do Curso de Serviço Social do UniFOA e realizamos a I Jornada de Direitos Humanos, em parceria com o Curso de Direito, Jornalismo e Publicidade e Propaganda.

E o que comemoramos? Todos e todas que passaram e que estão no Curso de Serviço Social, contribuindo no processo de consolidação de uma política pedagógica que assume como princípio ético a defesa da construção de uma nova ordem societária. Reafirmamos nosso compromisso com a formação de assistentes sociais capazes de analisar e intervir nas expressões da questão social vivenciadas pelos trabalhadores.

Nessa perspectiva, a Jornada contou com uma programação recheada de debates importantes para compreendermos o cenário atual, marcado pelas ameaças das forças conservadoras ao Estado Democrático de Direito, aos Direitos Humanos e aos Direitos Sociais da classe trabalhadora. Mais do que nunca é preciso fortalecer o projeto ético-político do Serviço Social, vinculado ao projeto societário que pretende a coletivização dos meios e frutos do trabalho.

PROGRAMAÇÃO

Dia 16 maio

Local: Campus Aterrado

19h às 20h

15 anos do curso de serviço social do UniFOA: avaliação da sua política pedagógica

Debatedoras

Karin Alves do Amaral Escobar (coordenadora do Estágio)

Mônica Santos Barison (coordenadora do Curso)

Coordenador da Mesa: Felipe da Matta

20h às 22h

Homenagens Coffee-break

Dia 17 de maio

Local: Campus Aterrado

19h às 22h

O Estado democrático X Estado de exceção: projetos societários e projetos profissionais nos 80 anos do Serviço Social no Brasil

Palestrantes

Áurea Dias (Professora da Escola de Serviço Social da UFF; Doutoranda em Serviço Social da UERJ)

Danilo Spinola Caruso (Doutorando em História pela UFF; Mestre em História; Professor Titular de História do IFRJ)

Coordenador da Mesa: Helio de Lena

Dia 18 de maio:

Local: Campus Aterrado

19h às 22 horas

Mesas Simultâneas

Mesa 01: Produção de Subjetividade e Saberes

Coordenador: Júlio Nobre

Sala: 108

Título: A Influência da Mídia na Construção da Identidade do Adolescente.

Autores: Arlene Assis de Oliveira Diniz

Karin Alves do Amaral Escobar

Título: Corpo e Saúde: Uma controvertida produção coletiva Body And Health: A Controversial Collective Production.

Autores: Angélica Silva Corrêa

Júlio Cesar de Almeida Nobre

Ivanete da Rosa Silva Oliveira

Thabata Braga Mendes
Vanessa de Fátima Leite

Título: O desafio de cuidar de idosos com doença de Alzheimer: Dificuldades enfrentadas por familiares.

Autores: Tatiana Teixeira de Paula
Karin Alves do Amaral Escobar

Título: O sistema de Cotas raciais é solução para a redução das desigualdades sociais? Uma análise da percepção de estudantes universitários sobre o tema.

Autores: Selma Heloisa da Silva
Daniele Ribeiro do Val de Oliveira Lima

Título: Infância e consumo: O papel da mídia no processo de construção de uma infância consumista.

Autora: Natalia Zancanelli

Título: Muro do Silêncio e a Violência contra a mulher.

Autores: Ireni Roselana Costa
Karin Alves do Amaral Escobar

Título: Violência Sexual e reflexos na saúde da mulher

Autores: Sabrina Gabriella Valente
Karin Alves do Amaral Escobar

Mesa 02: Práticas Sociais e Cidadania/Trabalho e Sociabilidade.

Coordenador: Felipe da Matta

Sala: 105

Título: Famílias Adotivas em Volta Redonda.

Autores: Wendel do Nascimento Valério
Daniele Ribeiro do Val de Oliveira Lima
Dario Aragão Neto

Título: Medida Socioeducativa de internação como forma de punição.

Autora: Natalia Reis Oliveira

Título: Ser negro é crime? Uma reflexão sobre o que é ser negro na sociedade brasileira no século XXI.

Autora: Iris Cristina da Silva

Título: A saúde mental do trabalhador e os impactos após a re-estruturação produtiva.

Autora: Raphaelly Guimarães

Título: A crise contemporânea do capital e seus impactos no trabalho do assistente social.

Autores: Leticia da Silva Dias
Karin Alves do Amaral Escobar

Título: Prostituição e saúde: A produção de materiais de educação em saúde direcionados a pessoas que praticam prostituição.

Autores: Danielle Ermida Faria
Isabelle dos Santos Silva

Mesa 03: Estado Sociedade e Políticas Sociais

Coordenador: Marcos Gandra

Sala: 107

Título: Institucionalização de crianças e adolescentes

Autores: Mayara Maciel de Oliveira
Karin Alves do Amaral Escobar

Título: Violência contra o idoso: Um estudo das denúncias no conselho municipal de defesa dos direitos da pessoa idosa.

Autores: Jaqueline Ribeiro da Silva Conceição
Tamires Souza Diz
Karin Alves do Amaral Escobar

Título: Particularidades das políticas sociais no Brasil: Gestão da pobreza, transferência de renda e o apassivamento da consciência dos trabalhadores.

Autora: Camila Faria Pançardes

Título: Desresponsabilização do Estado e sua relação com o terceiro setor

Autores: Tamires Souza Diz
Karin Alves do Amaral Escobar

Título: Políticas Sociais e a Questão Étnico-Racial: O Aspecto aos Direitos Sociais das Populações Quilombolas.

Autores: Diana Mara de Freitas
Joveline Damiana Batista Tomaz

Título: O Princípio da Dignidade Humana e a situação de Mulheres em Privação de Liberdade.

Autores: Joveline Damiana Batista Tomaz
Karin Alves do Amaral Escobar

Título: Gênero e Violência contra a Mulher: Políticas de Enfrentamento e desafios profissionais para o serviço social.

Autores: Renata Enger Soares
Karin Alves do Amaral Escobar

Título: Tráfico de Mulheres: Um debate acerca das formas de enfrentamento no Brasil.

Autores: Cynthia Corrêa de Oliveira
Karin Alves do Amaral Escobar

Mesa 04: Interdisciplinaridade e Trabalho Profissional

Coordenador: Mônica Barison

Sala: 104

Título: O Cuidado ao Idoso no Contexto Familiar: Possibilidades e Desafios na percepção dos profissionais de saúde do programa de atendimento domiciliar da associação dos aposentados e pensionistas de Volta Redonda.

Autores: Caren Renata da Silva
Karin Alves do Amaral Escobar

Título: Políticas de Saúde e Judicialização da Questão Social.

Autores: Ingrid de Carvalho Silva
Mônica Santos Barison

Título: Drogas e Serviço Social: Apontamentos iniciais sobre o Trabalho Profissional no CAPS AD.

Autora: Anastácia Mariana da Costa Melo

Título: Violência e Saúde

Autora: Marcellly Cristina dos Santos Ferreira

Título: O Serviço Social no Ministério Público: Atribuições, Demandas e Desafios Profissionais.

Autores: Ingrid de Carvalho Silva
Karin Alves do Amaral Escobar

Título: O Trabalho do Serviço Social no Contexto Hospitalar

Autores: Diana Mara Freitas
Karin Alves do Amaral Escobar

Título: (Re) Afirmando os Direitos Reprodutivos: O enfrentamento da Violência Obstétrica pelo Ministério da Saúde.

Autores: Ingrid de Carvalho Silva
Tamires Souza Diz

Dia 19 de maio

I Jornada de Direitos Humanos

(Cursos de Serviço Social, Direito, Jornalismo e Publicidade e Propaganda)

Local: Campus Três Poços (Centro Histórico e Cultural)

09h às 12h

Direitos Humanos e Gênero: Direitos Humanos Engendrado

Palestrante: Lilia Guimarães Pougy (Doutora em Ciências Sociais; professora da Escola de Serviço Social da UFRJ)

Coordenadora da Mesa: Daniele do Val

19h às 22h

Direitos Humanos e os resultados do trabalho da Comissão da Verdade de Volta Redonda

Palestrante: Marcos Aurélio Ramalho Gandra (Mestre em História, Professor do UniFOA, Membro da Comissão da Verdade de Volta Redonda)

Coordenadora da Mesa: Helio de Lena

Dia 20 de maio

Local: Campus Atterrado

19h às 22h

Mesas Interdisciplinares

Mesa 01

Direitos Humanos e a saúde: uma avaliação do Sistema Único de Saúde a partir da experiência do Programa Mais Médicos

Palestrante: Sucel Parra Ramirez (médica cubana do Programa Mais Médicos)

Coordenadora da mesa: Rozana de Souza

Mesa 02

“Do outro lado da linha do trem, havia uma pedra no meio do caminho: pesquisa e políticas públicas com usuários de crack”

Palestrante: Diana Jenifer Ribeiro de Almeida (Psicóloga da Prefeitura do Rio de Janeiro, Doutoranda de Psicologia Social –UERJ)

Coordenadora da Mesa: Daniele do Val

SUMÁRIO

A INFLUÊNCIA DA MÍDIA NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DO ADOLESCENTE	12
CORPO E SAÚDE: UMA CONTROVERTIDA PRODUÇÃO COLETIVA	13
O DESAFIO DE CUIDAR DE IDOSOS COM DOENÇA DE ALZHEIMER: DIFICULDADES ENFRENTADAS POR FAMILIARES	14
O SISTEMA DE COTAS RACIAIS É SOLUÇÃO PARA A REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS? UMA ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS SOBRE O TEMA.	15
INFÂNCIA E CONSUMO: O PAPEL DA MÍDIA NO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DE UMA INFÂNCIA CONSUMISTA.....	16
MURO DO SILÊNCIO E A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER	17
VIOLÊNCIA SEXUAL E REFLEXOS NA SAÚDE DA MULHER	18
FAMÍLIAS ADOTIVAS EM VOLTA REDONDA	19
MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO COMO FORMA DE PUNIÇÃO	20
SER NEGRO É CRIME? UMA REFLEXÃO SOBRE O QUE É SER NEGRO NA SOCIEDADE BRASILEIRA NO SÉCULO XXI.....	21
A SAÚDE MENTAL DO TRABALHADOR E OS IMPACTOS APÓS A RE-ESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA.....	22
A CRISE CONTEMPORÂNEA DO CAPITAL E SEUS IMPACTOS NO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL.....	23
PROSTITUIÇÃO E SAÚDE: A PRODUÇÃO DE MATERIAIS DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE DIRECIONADOS A PESSOAS QUE A PESSOAS QUE PRATICAM PROSTITUIÇÃO.....	24
INSTITUCIONALIZAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES.....	25
VIOLÊNCIA CONTRA O IDOSO: UM ESTUDO DAS DENÚNCIAS NO CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA	26
PARTICULARIDADES DAS POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL: GESTÃO DA POBREZA, TRANSFERÊNCIA DE RENDA E O APASSIVAMENTO DA CONSCIÊNCIA DOS TRABALHADORES.....	27
DESRESPONSABILIZAÇÃO DO ESTADO E SUA RELAÇÃO COM O TERCEIRO SETOR	28
POLÍTICAS SOCIAIS E A QUESTÃO ÉTNICO-RACIAL: O ACESSO AOS DIREITOS SOCIAIS DAS POPULAÇÕES QUILOMBOLAS	29
O PRINCÍPIO DA DIGNIDADE HUMANA E A SITUAÇÃO DE MULHERES EM PRIVAÇÃO DE LIBERDADE.....	30

GÊNERO E VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: POLÍTICAS DE ENFRENTAMENTO E DESAFIOS PROFISSIONAIS PARA O SERVIÇO SOCIAL.....	31
TRÁFICO DE MULHERES: UM DEBATE ACERCA DAS FORMAS DE ENFRENTAMENTO NO BRASIL.....	32
O CUIDADO AO IDOSO NO CONTEXTO FAMILIAR: POSSIBILIDADES E DESAFIOS NA PERCEPÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE DO PROGRAMA DE ATENDIMENTO DOMICILIAR DA ASSOCIAÇÃO DOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS DE VOLTA REDONDA.....	33
POLÍTICAS DE SAÚDE E JUDICIALIZAÇÃO DA QUESTÃO SOCIAL	34
DROGAS E SERVIÇO SOCIAL: APONTAMENTOS INICIAIS SOBRE O TRABALHO PROFISSIONAL NO CAPS AD	35
VIOLÊNCIA E SAÚDE	36
O SERVIÇO SOCIAL NO MINISTÉRIO PÚBLICO: ATRIBUIÇÕES, DEMANDAS E DESAFIOS PROFISSIONAIS.....	37
O TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL NO CONTEXTO HOSPITALAR.....	38
(RE)AFIRMANDO OS DIREITOS REPRODUTIVOS: O ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA PELO MINISTÉRIO DA SAÚDE.....	39

A INFLUÊNCIA DA MÍDIA NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DO ADOLESCENTE

FARIAS, Arlene Assis de Oliveira Diniz; ESCOBAR, Karin Alves do Amaral.

RESUMO

Este trabalho é fruto de sistematizações de textos e pesquisas para a disciplina Oficina de Pesquisa. É uma produção inicial e de cunho bibliográfico, com vistas a contribuir para a construção do projeto do trabalho de conclusão de curso. Esta pesquisa tem como objetivo geral identificar os mecanismos que a mídia utiliza para influencia comportamentos e como isso afeta a construção da identidade do adolescente. Para alcançar o objetivo geral, faz-se necessário estudar os meios de comunicação de massa/veículos midiáticos e analisar qual a posição e a importância que estes assumem na vida dos adolescentes. Por adolescência entendemos o período intermediário entre a infância e a fase adulta, é uma etapa da vida humana que consiste na busca da própria identidade e outras relações que determinem o adolescente no ambiente em que vive. A mídia tem ganhado cada vez mais espaço na vida do adolescente através dos meios de comunicação como: televisão, internet, rádio, cinema e outros. Os valores passados pela televisão são essencialmente dominantes, há uma padronização e ensinamento constante estereotipados pelas classes alta e média urbana. A mídia aliena o indivíduo e o transforma em objeto de consumo e principalmente nessa fase, em que a televisão tem mais capacidade para modular atitudes. A sociedade se utiliza desse momento, em especial através da mídia, para fomentar a perspectiva consumista do capitalismo. O estudo pretende discutir como a mídia, que propositalmente transfere os valores dominantes através dos meios de comunicação de massa, influencia na construção da identidade no adolescente.

Palavras-chave: Identidade; Adolescência; Mídia.

CORPO E SAÚDE: UMA CONTROVERTIDA PRODUÇÃO COLETIVA

CORRÊA, Angélica Silva; NOBRE, Júlio César de Almeida; OLIVEIRA, Ivanete da Rosa Silva; MENDES, Thabata Braga; LEITE, Vanessa de Fátima

RESUMO

Diversas são as tecnologias na atualidade a prometerem um corpo mais saudável, com contornos cada vez mais aperfeiçoados. Nesse sentido, vemos uma rede emaranhada de químicas, estatísticas, artigos acadêmicos, indústrias farmacêuticas, capital, universidades, academias, dentre outros mediadores a coproduzirem aquilo que concebemos por saúde e corpo. Sendo assim, entendemos, que tais tecnologias prometem um corpo otimizado em suas capacidades entendidas como naturais. Mas acabam divergindo, por trazer vertigens para aquilo que, de fato, entendemos ser um corpo humano. Muitos são os autores que argumentam por um corpo que vem se expandido em suas potencialidades e adquirindo novas habilidades na justa medida em que parece ser invadido por dispositivos diversos. Neste terreno nos situamos. Um corpo arredo e instável, um ideal de saúde, imbricado com tecnologias. Uma atualidade de intensa controvérsia sobre as possibilidades de caminhos a serem seguidos. São questões que se colocam na justa medida dos embates, das diferentes mediações, e tecem – conjuntamente – a realidade em que estamos imersos. Nesse sentido, a partir do referencial da Teoria Ator-rede, o presente trabalho objetiva desenvolver uma cartografia descritiva da produção daquilo que entendemos por saúde na atualidade, mediada pela busca de um corpo “perfeito” em sua interface com tecnologias atuais. A proposta é colocar em evidência a rede heterogênea de mediações que fazem circular formatos acerca da saúde do corpo, bem como as diversas resistências em tal circulação.

Palavras-chave: Teoria Ator-rede, Corpo, Saúde e Tecnologia.

O DESAFIO DE CUIDAR DE IDOSOS COM DOENÇA DE ALZHEIMER: DIFICULDADES ENFRENTADAS POR FAMILIARES

PAULA, Tatiana Teixeira de; ESCOBAR, Karin Alves do Amaral.

RESUMO

Este trabalho é uma sistematização das leituras realizadas a partir da disciplina de Oficina de Pesquisa Social, com o intuito de desenvolver a temática e subsidiar a construção do projeto de trabalho de conclusão de curso. O estudo apresenta como objetivo identificar as dificuldades encontradas por cuidadores familiares no cuidado de idosos com doença de Alzheimer. O interesse pelo tema surgiu a partir da experiência do campo de estágio em um centro dia que presta atendimento à pessoa idosa com Alzheimer, bem como seus familiares. A doença de Alzheimer é neurodegenerativa, irreversível e se desenvolve geralmente em pessoas idosas, deixando-as incapacitadas e dependentes de cuidados de terceiros. Para compreender o tema é preciso abordar o fenômeno do envelhecimento populacional, a importância da família no cuidado do idoso dependente e a relação estabelecida entre Estado-família e idosos através de políticas e serviços públicos destinados aos idosos dependentes. O envelhecimento é um processo natural e provoca diversas mudanças na vida dos indivíduos. Geralmente a tarefa de cuidar do idoso dependente é assumida por familiares, desencadeando aos cuidadores sobrecarga, perda da qualidade de vida e fragilização dos vínculos. O apoio do Estado aos idosos e seus familiares é essencial para assegurar a cidadania e o bem-estar desses. Porém nota-se que há uma precariedade no atendimento do Estado através das políticas sociais a essa população. O Serviço Social ao se apropriar desse debate poderá contribuir com estratégias para formulação de políticas e serviços públicos que contribuam para a consolidação e ampliação da cidadania desse grupo.

Palavras-chaves: Serviço Social; Envelhecimento Populacional; Doença de Alzheimer.

O SISTEMA DE COTAS RACIAIS É SOLUÇÃO PARA A REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS? UMA ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS SOBRE O TEMA.

CARVALHO, Selma Heloisa da Silva; SANTA BARBARA, Daniele Ribeiro do Val de Oliveira Lima.

RESUMO

As políticas afirmativas no Brasil, especificamente o sistema de cotas nas universidades brasileiras, é o objeto de análise do presente trabalho. Entendemos o sistema de cotas como uma estratégia de superação ou diminuição das desigualdades sociais, mas suspeitamos que ela ainda pode não ser compreendida desta forma por muitos cidadãos. Assim, a partir de pesquisa de campo queremos capturar a percepção de estudantes universitários sobre o tema, com a aplicação de questionários aos alunos dos cursos de Serviço Social, Jornalismo, Publicidade e Propaganda e Direito do Centro Universitário de Volta Redonda, UniFOA. Fundamental à construção do debate, a pesquisa bibliográfica emerge como a base de análise a ser desenvolvida, deste modo, discorreremos sobre o processo histórico da desigualdade social e étnica na sociedade brasileira e como isso se reflete nos dias atuais. O Brasil foi o último país a abolir a escravidão e esse retardamento deixou marcas em nossa sociedade, o negro fora “liberto”, porém, não reconhecido como cidadão pelo Estado que, omissa, não viabilizou acesso aos direitos e aos serviços dos recém-libertos. Defendemos que as políticas afirmativas foram um conjunto de ações políticas dirigidas à correção de desigualdade e desvantagens historicamente criadas e que, por isso, são um direito e não um privilégio ou uma caridade para a população negra.

Palavras-chaves: Políticas Afirmativas; sistema de cotas; desigualdade social; estudantes universitários.

INFÂNCIA E CONSUMO: O PAPEL DA MÍDIA NO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DE UMA INFÂNCIA CONSUMISTA

ZANCANELLI, Natalia; SOUZA, Rozana Aparecida de.

RESUMO

O tema foi escolhido a partir da observação de mídias televisivas com propagandas em massa voltadas para o público infantil, estimulando o desejo de consumo tanto da indústria alimentícia quanto da indústria de brinquedos, ou de eletroeletrônicos adaptados para crianças, como celulares e *tablets*. E também da necessidade de identificar possíveis influências da mídia no processo de construção de uma infância consumista. Desse modo busca-se como objetivo geral promover um debate sobre a responsabilidade do Estado e da Sociedade no processo de construção de uma infância consumista, levando em consideração os avanços da legislação, analisando a vulnerabilidade infantil frente à publicidade excessiva e avaliando a atuação do Poder Judiciário Brasileiro em relação ao controle da publicidade direcionada ao público infantil. Portanto, o trabalho pretende analisar qual é a responsabilidade do Estado no que diz respeito ao controle da publicidade dirigida à criança levando em consideração a Ação Civil Pública ocorrida no último dia 10 de Março de 2016, e da sociedade voltado para a participação da família no processo de crescimento. O presente estudo será realizado por meio de pesquisas bibliográficas a fim de proporcionar maior compreensão levantando também novas possibilidades e hipóteses a respeito do tema.

Palavras-Chave: Mídias; Infância; Sociedade Capitalista.

MURO DO SILÊNCIO E A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

COSTA, Ireni Roselena; ESCOBAR, Karin Alves do Amaral Escobar.

RESUMO

O presente trabalho pretende abordar a temática da violência doméstica contra mulher. É resultado da sistematização de leitura com o objetivo de desenvolver o tema para o projeto de trabalho de conclusão de curso. Os objetivos do estudo consistem em identificar as dificuldades encontradas pelas mulheres para denunciar a violência doméstica; analisar os fatores que levam as práticas de violência contra mulher; refletir sobre o papel dos órgãos de atendimento a Mulheres vítima de violência no enfrentamento da questão. Trata-se de estudo de caráter bibliográfico. A violência contra a mulher ocorre de diversas formas, violências físicas, psicológicas e sociais. Essa prática acontece em suas inúmeras particularidades, não sendo restrita a um grupo social específico. A violência contra a mulher é considerada pela Organização Mundial da saúde como um problema de saúde pública, pois é uma das principais causas de doenças entre as mulheres, como por exemplo, hipertensão, angústia, depressão, sofrimento psíquico dentre outras. O termo violência contra a mulher surge nos anos de 1970, através do movimento feminista, ao denunciar para a sociedade que as mulheres eram o alvo principal da violência praticada pelos homens. Com o surgimento das delegacias especializadas de atendimento as mulheres nos meados dos anos 1980, as denúncias de violência aumentaram e com isso possibilitou estudos mais detalhados sobre o assunto, tornando possível buscar estratégias mais avançadas para enfrentamento do fenômeno.

Palavras-chave: violência; mulher; políticas sociais.

VIOLÊNCIA SEXUAL E REFLEXOS NA SAÚDE DA MULHER

PAULINO, Sabrina Gabriella Valente; ESCOBAR, Karin Alves do Amaral.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo geral identificar e analisar, a luz da literatura produzida sobre o assunto, os reflexos da violência sexual na saúde da mulher. Como objetivos específicos conceituar e abordar o fenômeno da violência contra mulher; identificar as políticas de enfrentamento, diretrizes e serviços de atenção às mulheres vítimas de violência sexual; analisar as dificuldades encontradas pelas mulheres no atendimento dos serviços de saúde e os impactos da violência na saúde. O estudo tem caráter bibliográfico. A violência contra a mulher surge como um resultado de uma ideologia de dominação masculina que é produzida e reproduzida tanto por homens quanto por mulheres e compreende-se como uma ação que transforma diferenças em desigualdades hierárquicas com o fim de explorar e oprimir. A violência contra mulher apresenta diversas repercussões na saúde da mulher, no relacionamento familiar, social se configurando uma grave violação de direitos. A atenção integral à saúde, a assistência à mulher em situação de violência seja ela física, psicológica ou sexual, em qualquer idade, deve ser organizada, acessível a toda população, cabendo às instituições assegurar cada etapa do atendimento, incluindo-se as medidas de emergência, o acompanhamento, a reabilitação e o tratamento dos eventuais impactos da violência sexual sobre a saúde da mulher.

Palavras-chave; Violência; saúde; gênero.

FAMÍLIAS ADOTIVAS EM VOLTA REDONDA

VALÉRIO, Wendel do Nascimento; SANTA BÁRBARA, Daniele do Val; NETO, Dario Aragão.

RESUMO

Conviver em família é um direito da criança e do adolescente e o Estado deve assegurar essa convivência familiar. Contudo, diferentes expressões da questão social vivenciadas por crianças, adolescentes e suas famílias podem levar ao afastamento, enfraquecimento e ruptura dos vínculos familiares, o que gera a necessidade de se constituir vínculos substitutivos para garantir o direito da criança e do adolescente viver em família. Neste trabalho falamos do instituto da adoção como a possibilidade de construção de relações familiares a partir da filiação jurídica, cujo exercício parental cotidiano a transforma em laços de afeto e proteção. A adoção brasileira é regida pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei 8069/90 e pelo Código Civil, e se apresenta como uma medida protetiva aos direitos infanto juvenis. Apesar de todo um aparato jurídico assistencial na constituição das famílias adotivas, permanece na cultura brasileira uma tendência não legal de constituição familiar, popularmente conhecida como “adoção à brasileira”, que ocorre quando uma pessoa cria como seu o filho de outrem sem a devida regularização judicial. Em pesquisa realizada no Juizado da Infância e Juventude da Comarca de Volta Redonda identificamos um total de 181 processos de adoções ocorridos na cidade entre 2010 e 2015, o que nos possibilitou desenhar a característica das adoções no município a partir da construção de uma tipologia da adoção na cidade, em conformidade aos modelos de adoção presentes na legislação brasileira.

Palavras-Chave: Família Adotiva; Adoção; Estatuto da Criança e do Adolescente.

MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO COMO FORMA DE PUNIÇÃO

OLIVEIRA, Natália Reis; AMORIM, Úrsula Adriane Fraga.

RESUMO

Este artigo dialoga com o debate sobre a aplicação da Medida Socioeducativa de Internação para adolescentes em conflitos com a lei, como forma de punição. Nesta medida, realizou-se pesquisa bibliográfica, considerando o marco do Estatuto da Criança e do Adolescente, o qual traz uma mudança de paradigma ao substituir o código de menores, expressando a doutrina da Proteção Integral, considerando as crianças e adolescentes como sujeitos de direitos. Nesta direção problematiza as dificuldades decorrentes do falso conflito entre a proteção e a responsabilização, trazendo para a cena do debate a inimizabilidade, a partir do Estatuto da Criança e do Adolescente, elencando os elementos que perpassam o controle sociopenal dos adolescentes. Apresentando o argumento para o debate, pautado na reflexão de que com vista à reprodução das relações de desigualdades presentes na sociedade capitalista, adolescentes são marginalizados pela pobreza, punidos pelo sistema que os desprotege e não garante com absoluta prioridade os direitos fundamentais estabelecidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. Assim, no que tange a aplicação da medida socioeducativa de internação, são punidos novamente, porém penalmente.

Palavras-chave: Adolescente em conflito com a lei; Medida socioeducativa; Estatuto da Criança e do Adolescente.

SER NEGRO É CRIME? UMA REFLEXÃO SOBRE O QUE É SER NEGRO NA SOCIEDADE BRASILEIRA NO SÉCULO XXI.

SILVA, Iris C.; LENA, Hélio.

RESUMO

Nosso estudo pretende apresentar, por meio de levantamento bibliográfico, a construção sócio-histórica do ser negro e o estigma dessa população ao longo dos anos. Nosso objetivo geral é conhecer a violência que a população negra está exposta e os possíveis mecanismos para a superação da mesma, propondo uma reflexão sócio-histórica do negro no Brasil através de um levantamento bibliográfico, para assim compreender a estigmatização dessa população no século XXI. O Brasil foi o último país a abolir a escravidão e esse retardamento deixou marcas em nossa sociedade, o negro fora “liberto”, porém, não reconhecido como cidadão pelo Estado omissivo, o qual não viabilizou acesso aos recém-libertos, restando-os a miséria material, a discriminação e a humilhação. No senso comum, cidadãos negros são identificados como potenciais perturbadores da ordem social e carregam o peso da culpa da violência na pele. Segundo algumas pesquisas, foram comprovadas que a justiça penal é mais severa para os criminosos negros do que para os criminosos brancos. Os níveis atuais de vitimização negra já são intoleráveis, mas se nada for feito de forma imediata e drástica, a vitimização negra no país poderá chegar a patamares inadmissíveis pela humanidade. Compreendo que essa é uma expressão da “questão social” vivenciada por uma sociedade capitalista na qual estamos inseridos e que essa reflexão pode ser usada como projeto de intervenção do profissional de Serviço Social.

Palavras chaves: Negro; Estigma; Sociedade Brasileira.

A SAÚDE MENTAL DO TRABALHADOR E OS IMPACTOS APÓS A RE-ESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA

GONÇALVES, Raphaelly Guimarães; SOUZA, Rozana Aparecida de.

RESUMO

Resultados de pesquisas apontam que hoje a terceira maior causa de afastamento do trabalho são os transtornos psíquicos, e ainda assim estes transtornos não são reconhecidos como doença profissional. Apesar de o trabalho estar ligado ao sofrimento produzido pelos altos níveis de exploração, para sobreviver na lógica das empresas modernas os trabalhadores se sujeitam a viver de acordo com os princípios capitalistas. Este trabalho apresenta como a estruturação de uma sociedade pode ocasionar impactos na política, na economia, no trabalho e na vida do indivíduo. Apresenta um breve histórico da transformação do modelo de produção taylorista/fordista para o modelo de produção toyotista, procurando demonstrar como a organização do trabalho pode impactar a vida e a saúde do trabalhador. Para atingir o objetivo proposto, foi realizado um estudo bibliográfico sobre a emergência da Saúde do Trabalhador, explorando os modelos de proteção à saúde deste grupo desde a medicina do trabalho. Além disso, buscou-se analisar os impactos da Re-estruturação Produtiva sobre a Saúde Mental do Trabalhador, expondo como os transtornos psíquicos são ocasionados e a deficiência no reconhecimento deste como uma doença desenvolvida no/pelo trabalho.

Palavras-Chave: Re-estruturação Produtiva, Saúde do Trabalhador, Saúde Mental.

A CRISE CONTEMPORÂNEA DO CAPITAL E SEUS IMPACTOS NO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL

DIAS, Leticia da Silva; ESCOBAR, Karin Alves do Amaral.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar a relação entre a crise contemporânea do capital e os impactos no trabalho do assistente social; refletir a inserção da profissão Serviço Social na divisão social e técnica do trabalho; contextualizar a crise do capital, as transformações no mundo do trabalho, o neoliberalismo e a condição da política social nessa conjuntura. Trata-se de estudo bibliográfico através de pesquisas em livros e artigos que se relacionam à temática e aos objetivos do trabalho. Deste modo discorreremos sobre o trabalho da sociedade capitalista, seu surgimento no interior das comunidades primitivas, onde o que era produzido tinha o intuito de satisfazer suas necessidades. Posteriormente, com a produção de excedentes possibilitaram-se as trocas entre os comerciantes surgindo assim o comércio. Esse processo modifica a sociedade, havendo a divisão de classes, onde o trabalhador passa a executar as ordens do proprietário dos meios de produção garantindo lucro a ele em troca de um salário. O modo de produção capitalista para adquirir ainda mais lucro e para se expandir modifica o processo de trabalho, causando explorações e desigualdades fazendo surgir a “questão social”. As diversas manifestações da classe proletária faz o Estado apresentar como resposta as políticas sociais, onde o assistente social é requisitado a atuar diretamente, se inserindo em uma relação de compra e venda da força de trabalho. As transformações recentes no mundo do trabalho interferem diretamente na produção da vida social da classe trabalhadora incluindo o profissional de Serviço Social.

Palavras-chave: Serviço Social; Crise do Capital; Neoliberalismo.

PROSTITUIÇÃO E SAÚDE: A PRODUÇÃO DE MATERIAIS DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE DIRECIONADOS A PESSOAS QUE A PESSOAS QUE PRATICAM PROSTITUIÇÃO

FARIA, Danielle Ermida; SILVA, Isabelle dos Santos; SOUZA, Rozana Aparecida de.

RESUMO

O tema da prostituição reúne várias perspectivas e diferentes posições políticas. Para o senso comum o trabalho de prostituta seria a “profissão mais antiga do mundo”, atestando para uma falha de caráter, inerente às mulheres que se dedicam a essa atividade. Estudos apontam para dificuldade de acesso desses profissionais nos serviços de saúde. Muitos que praticam a prostituição se sentem discriminados pelos serviços de saúde, outros não conhecem esses serviços. Nesse sentido as ações de educação em saúde, através de materiais educativos e informativos pode promover uma mudança nesse quadro de inacessibilidade aos serviços e programas de saúde. Esta pesquisa se propõe a identificar e avaliar materiais educativos e informativos produzidos pelo Ministério da Saúde e por cinco municípios da região Sul Fluminense (Volta Redonda, Barra Mansa, Barra do Piraí, Resende e Angra dos Reis) que se destinam a promover a saúde de pessoas que praticam a prostituição. Portanto será necessário: identificar e analisar nas campanhas do Ministério da Saúde, materiais informativos (impressos e de mídia) que sejam direcionados às pessoas que praticam prostituição; levantar junto as Secretarias Municipais de Saúde das cidades de Volta Redonda, Barra Mansa, Resende, Barra do Piraí e Angra dos Reis materiais educativos e informativos que tenham algum conteúdo voltado para a saúde de prostitutas e prostitutos; analisar e comparar os materiais educativos e informativos dos municípios com o material produzido pelo Ministério da Saúde. É uma pesquisa com uma abordagem qualitativa. A técnica de coleta de dados a ser utilizada será análise documental.

Palavras-chave: Prostituição; Educação em Saúde; Direitos Sexuais e Reprodutivos.

INSTITUCIONALIZAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

OLIVEIRA, Mayara Maciel de; ESCOBAR, Karin Alves do Amaral.

RESUMO

Esse trabalho é resultado das leituras realizadas através da disciplina de oficina de pesquisa social com o objetivo de subsidiar o desenvolvimento do tema e construção do projeto de trabalho de conclusão de curso. O interesse pelo tema surgiu a partir das aulas da disciplina de direito e legislação social onde se estudou o Estatuto da Criança e do Adolescente. O Estado e a sociedade possuem o papel de garantir os direitos das crianças e dos adolescentes em situação de risco social. O Estatuto da Criança e do Adolescente dispõe sobre a proteção integral de crianças e adolescentes e assegura o direito à vida, à saúde, à convivência com a família de origem ou à família comunitária. Deste modo como objetivo geral propõe-se identificar os motivos da institucionalização de Crianças e Adolescentes. Como objetivos específicos pretende-se conhecer se os direitos previstos pelo ECA são respeitados no que se refere à institucionalização de Crianças e Adolescentes; refletir acerca do papel da família nesse processo; abordar as contribuições do trabalho do Assistente Social nesse contexto. Conforme os textos lidos até o momento alguns fatores que contribuem para a institucionalização de crianças e adolescentes são: a negligência, o abandono, maus-tratos e o alcoolismo dos pais ou responsáveis. O Assistente Social é importante nesse processo, pois muitas vezes desenvolve um trabalho próximo à realidade das famílias no sentido de garantir que os direitos da criança e do adolescente sejam garantidos prevenindo a ameaça e violação e direitos.

Palavras-chave: Institucionalização; criança; adolescente; serviço social.

VIOLÊNCIA CONTRA O IDOSO: UM ESTUDO DAS DENÚNCIAS NO CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA

**CONCEIÇÃO, Jaqueline Ribeiro da Silva; DIZ, Tamires Souza; ESCOBAR, Karin
Alves do Amaral.**

RESUMO

O presente trabalho se caracteriza como projeto de iniciação científica. Apresenta como objetivo geral realizar um estudo do fenômeno da violência contra a pessoa idosa no município de Volta Redonda, tendo como base o levantamento documental dos casos de violência notificados e registrados no Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, através do Disque Direitos Humanos (disque 100). Como objetivos específicos pretende-se traçar o perfil das tipologias de violência, da vítima e do agressor; identificar a relação de parentesco entre esses; identificar o local da ocorrência da violação e os encaminhamentos no caso. O aumento no número de idosos no Brasil retrata a tendência de envelhecimento da população e sem dúvida deve ser considerado uma das maiores conquistas da humanidade. A longevidade em todo o mundo deve-se às transformações socioeconômicas que determinaram grandes inovações científico-tecnológicas, associadas a melhores condições de vida. No entanto, o envelhecimento populacional trouxe consigo temas emergentes como a violência contra a pessoa idosa. A aprovação do Estatuto do Idoso foi um avanço no que se refere aos direitos desse segmento, onde prevenir a ameaça ou a violação dos direitos dos idosos passa a ser um dever de toda sociedade. As violências e os maus tratos contra os idosos se referem a abusos físicos, psicológicos e sexuais, abandono, negligências, abusos financeiros e auto-negligências. O estudo compreenderá pesquisa bibliográfica e documental.

Palavras-Chave: Idoso; Violência; Direito.

PARTICULARIDADES DAS POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL: GESTÃO DA POBREZA, TRANSFERÊNCIA DE RENDA E O APASSIVAMENTO DA CONSCIÊNCIA DOS TRABALHADORES.

PANÇARDES, Camila Faria.

RESUMO

Nos últimos anos o campo das políticas sociais no Brasil, no que se refere ao combate à pobreza, tiveram a predominância dos programas de transferência de renda e a “gestão” da pobreza. Em destaque estão a Estratégia Fome Zero no Governo Lula e o Plano Brasil sem Miséria (PBSM) no Governo Dilma que tem como objetivo a erradicação da fome e combate à pobreza e à extrema pobreza. No contexto atual, tais políticas sociais podem ser vistas como estratégia de amortecimento dos efeitos da questão social, entre os quais estão a organização política e o apassivamento da consciência de classe entre os trabalhadores. Está afirmação leva em conta as medidas reguladoras do grande capital, com destaque para a política de ajuste fiscal, orientada pelos organismos internacionais, a privatização dos serviços sociais e os cortes no orçamento de políticas públicas como saúde, educação, previdência e assistência social. Sabe-se que essa gestão está sendo feita a partir de políticas e programas sociais que privilegiam a transferência de renda como sendo o “sistema de proteção social” e não parte desse sistema. Essa centralidade na transferência de renda reforça os padrões de produção e reprodução no modelo atual do sistema capitalista, criando padrões de consumo baseados em “políticas pobres para pobres”.

Palavras-chave: Apassivamento; Pobreza; Política Social.

DESRESPONSABILIZAÇÃO DO ESTADO E SUA RELAÇÃO COM O TERCEIRO SETOR

DIZ, Tamires Souza; ESCOBAR, Karin Alves.

RESUMO

Esse trabalho é resultado das sistematizações de leitura realizadas através da disciplina de oficina de pesquisa, com o propósito de desenvolver o tema e subsidiar a construção do projeto de trabalho de conclusão de curso. Diante de uma postura de desresponsabilização do Estado, regido pelos princípios neoliberais, na esfera social e ao sucateamento das políticas sociais, apresentamos como objetivos realizar uma análise sobre a funcionalidade do terceiro setor no projeto neoliberal; situar o marco do surgimento do terceiro setor no processo da reforma do Estado no Brasil; identificar o papel do Estado frente as políticas sociais. Para alcance dos objetivos abordaremos as características da "reforma" do Estado brasileiro – que foi justificada para corrigindo distorções e reduzindo custos. O terceiro setor surge como resultado do processo de reestruturação do capital pós-70 regidos pelos princípios neoliberais, e da "reversão dos direitos conquistados pelos trabalhadores". Entende-se que no neoliberalismo o Estado tem como característica a pouca intervenção no que diz respeito à área social e deve atuar para maior desenvoltura do mercado e priorizar a estabilidade da moeda. No que diz respeito a escassez de recursos, essa seria usada como uma das constantes justificativas para a retirada do Estado de suas responsabilidades sociais e a expansão do terceiro setor. Esse trabalho abordará ainda as justificativas apresentadas sobre a necessidade e a parceria entre o estado e o terceiro setor, buscando trazer análises críticas a respeito de sua funcionalidade.

Palavras-chave: Estado; Terceiro Setor; Políticas Sociais.

POLÍTICAS SOCIAIS E A QUESTÃO ÉTNICO-RACIAL: O ACESSO AOS DIREITOS SOCIAIS DAS POPULAÇÕES QUILOMBOLAS

FREITAS, Diana Mara de; TOMAZ, Jovelina Damiana Batista; CASTRO, Felipe da Matta de.

RESUMO

O Serviço Social, historicamente, ainda não conseguiu estabelecer uma discussão ampla acerca da questão étnico-racial. É necessário, então, des/re-construir a visão sobre os negros em nosso país valorizando seu protagonismo. No período da escravidão no Brasil, por exemplo, muitos negros que conseguiam fugir formaram núcleos paralelos de poder, produção e organização social, constituindo assim um movimento de resistência e oposição ao sistema escravocrata: os quilombos, que continuaram a existir mesmo após a proibição da escravidão, pois não houve aparato estatal para garantir e viabilizar os direitos políticos, sociais e civis dos negros. Para atenuar esse quadro, há alguns marcos legais voltados aos direitos da população quilombola, como a própria Constituição Federal de 1988. Já no plano das políticas sociais, além daquelas não específicas, a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) tem investido em ações de reconhecimento, valorização e defesa da questão étnico-racial, incluindo os quilombos, como o Programa Brasil Quilombola (de 2004), a Agenda Social Quilombola (de 2007) e o I Plano de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana (de 2013). Porém, a promulgação de marcos legais e a criação de políticas públicas não são suficientes para garantir a concretização dos direitos. Portanto, o presente projeto de pesquisa volta os olhos à questão do negro no Brasil, em especial à realidade quilombola, com o intuito de colaborar com a valorização da questão étnico-racial e o protagonismo dos negros.

Palavras-chave: Questão étnico-racial; Quilombo; Políticas Sociais.

O PRINCÍPIO DA DIGNIDADE HUMANA E A SITUAÇÃO DE MULHERES EM PRIVAÇÃO DE LIBERDADE.

TOMAZ, Jovelina Damiana Batista; ESCOBAR, Karin Alves do Amaral

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar a luz da literatura produzida sobre o assunto, o princípio da dignidade humana de mulheres em situação de privação de liberdade. Como objetivos específicos pretendemos entender a criminalização como uma das expressões da Questão social; conhecer o perfil das mulheres encarceradas; compreender o dever do Estado nas garantias de direito da pessoa humana em situação prisional. Para alguns estudiosos do assunto nos últimos anos tem ocorrido um crescimento da população carcerária feminina. Uma pesquisa realizada pelo Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias revelou que a população penitenciária feminina subiu de 5.601 para 37.380 detentas entre 2000 e 2014, um crescimento de 567% em 15 anos. É por isso que é preciso dar visibilidade para essa questão. As mulheres encarceradas em sua maioria não tem acesso à saúde, à educação, a assistência conforme é reconhecido pela Constituição Federal Brasileira de 1988 e a Lei de Execução penal de 1984. É importante ressaltar o dever do Estado nas garantias de direitos da pessoa humana, entretanto observamos que pessoas encarceradas não têm visibilidade do Estado e principalmente as mulheres em situação prisional. A mulher presa é cidadã de direitos e deveres, a prisão já é uma forma de condenação pelo crime praticado. As mulheres encarceradas devem ter seus direitos garantidos independente de sua classe social, raça, cor da pele, sexo, orientação sexual, o crime que praticou, deve ser tratada como cidadã e ter seus direitos respeitados por toda a sociedade.

Palavras-chave: Mulheres, Direitos, Privação de Liberdade.

GÊNERO E VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: POLÍTICAS DE ENFRENTAMENTO E DESAFIOS PROFISSIONAIS PARA O SERVIÇO SOCIAL

SOARES, Renata Enger; ESCOBAR, Karin Alves do Amaral.

RESUMO

A Organização Mundial da Saúde (OMS) entende a violência de gênero contra a mulher como um problema de saúde pública. Pode ser definida como qualquer ação ou conduta que possa resultar em dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico para as mulheres, ocorrendo na vida pública ou na vida privada. Deve ser compreendida a partir das relações de gênero, apontando a existência de um tipo de dominação, opressão presente nas relações entre homens e mulheres, atravessando classes sociais, raças, etnias e faixas etárias. O estudo de caráter bibliográfico teve como objetivo geral analisar o fenômeno da violência doméstica contra a mulher. Elencamos como objetivos específicos discutir as categorias gênero e violência; identificar as políticas de enfrentamento à violência contra a mulher e as contribuições do Serviço Social na intervenção da questão. Partimos da compreensão de que a violência contra a mulher configura-se como uma das expressões da “questão social” na contemporaneidade. Localizamos panoramicamente o debate internacional do enfrentamento desse tipo de violência; além de alguns avanços em relação a políticas públicas contra a mulher no Brasil. As reflexões apontam para a importância da capacitação profissional, nas dimensões teórica- metodológica, ético – política e técnico- operativa, para uma interação eficaz com as políticas públicas. Apontamos também o papel da rede de atendimento, na perspectiva da interdisciplinaridade para enfrentamento da questão.

Palavras-chave: Violência, Gênero, Serviço Social, Políticas Públicas.

TRÁFICO DE MULHERES: UM DEBATE ACERCA DAS FORMAS DE ENFRENTAMENTO NO BRASIL

FERREIRA, Cynthia Correa de Oliveira; ESCOBAR, Karin Alves do Amaral.

RESUMO

O estudo em questão aborda a temática do tráfico de mulheres que se caracteriza pela escravidão sexual e pela venda da mulher como objeto sexual. O objetivo geral do trabalho consiste em analisar, através das bibliografias produzidas sobre o assunto, o fenômeno do tráfico de mulheres para fins de exploração sexual. Como objetivos específicos busca-se apresentar o panorama internacional sobre o tráfico de pessoas, abordar as políticas sociais e de enfrentamento a esse fenômeno. Para o desenvolvimento do estudo utilizamos a pesquisa bibliográfica, qualitativa e de caráter exploratório através da investigação em livros, artigos acadêmicos, documentos oficiais que se relacionaram com os objetivos do trabalho. O tráfico de mulheres deve ser analisado através da perspectiva de gênero, pois se constitui como uma das formas de violência e exploração da mulher, elemento da sociedade machista e patriarcal onde os desejos dos homens devem ser satisfeitos a qualquer custo, mesmo que com isso se degrade o direito das mulheres. O estudo aponta para a necessidade de incorporação desse debate pela categoria de assistente sociais, além da importância de publicização da questão na mídia de forma que se rompa o preconceito e a culpabilização da mulher, partindo do pressuposto que trata-se de crime, onde as principais vítimas são mulheres negras e pardas que vivenciam situações de desigualdades sociais, se constituindo uma expressão da questão social.

Palavras-chave: violência; violência contra a mulher; tráfico de mulheres.

**O CUIDADO AO IDOSO NO CONTEXTO FAMILIAR:
POSSIBILIDADES E DESAFIOS NA PERCEPÇÃO DOS
PROFISSIONAIS DE SAÚDE DO PROGRAMA DE ATENDIMENTO
DOMICILIAR DA ASSOCIAÇÃO DOS APOSENTADOS E
PENSIONISTAS DE VOLTA REDONDA.**

SILVA, Caren Renata da; ESCOBAR, Karin Alves do Amaral.

RESUMO

A presente pesquisa objetiva conhecer a percepção dos profissionais de saúde sobre o cuidado ao idoso no contexto familiar, bem como, seus desafios e possibilidades no programa de atendimento domiciliar da Associação de Aposentados e Pensionistas de Volta Redonda. O trabalho se dará através da pesquisa de campo, com entrevista à equipe de atendimento domiciliar. Pretendemos abordar o processo de envelhecimento e as demandas de saúde do idoso; contextualizar a atenção domiciliar como estratégia de cuidado e humanização do atendimento; identificar as possibilidades e dificuldades enfrentadas pelos profissionais no atendimento aos idosos e família. Para a realização desta pesquisa faz-se necessário estudar o processo de envelhecimento da população no Brasil, a questão do adoecimento que acomete de forma significativa esse segmento. Um dos motivos do adoecimento dos idosos são as doenças crônicas degenerativas, na qual exige tratamento contínuo, ocasionando a incapacidade total ou parcial do idoso, tornando-o dependente. Sendo assim torna-se evidente a necessidade de profissionais especializados para atendimento dessa demanda. A equipe do programa de atendimento domiciliar, busca propiciar diversas possibilidades de atendimento, através dos serviços oferecidos ao idoso dependente, elevando o nível de independência e reduzindo os efeitos da incapacidade ou doenças.

Palavras-chave: Idoso, saúde, atenção domiciliar.

POLÍTICAS DE SAÚDE E JUDICIALIZAÇÃO DA QUESTÃO SOCIAL

SILVA, Ingrid de Carvalho; BARISON, Mônica Santos.

RESUMO

No bojo das ideias neoliberais, as políticas sociais vêm assumindo um caráter seletivo, fragmentado e compensatório, culminando em uma negação do acesso e permanência a vários serviços essenciais à população. Assim, essa precarização produz um movimento de transferência de responsabilidades do Poder Executivo para o Poder Judiciário ao que se refere ao enfrentamento da questão social, o que identificamos como o fenômeno da judicialização da questão social. Sujeitos portadores de transtornos mentais se tonam réus em processos de interdição, em sua maioria para a obtenção ou manutenção de benefícios previdenciários ou assistenciais. São levados também por meio da provocação do Ministério Público, movido pelas notificações ou denúncias recebidas por profissionais da rede de assistência e saúde, diante de suposta negligência perpetrada por familiares. Tal projeto de pesquisa se mostra relevante, pois pode desvelar intencionalidades que norteiam as práticas profissionais no âmbito da política de saúde, contribuindo para a avaliação da atenção prestada ao usuário do Sistema Único de Saúde. O objetivo geral da pesquisa é conhecer a compreensão das equipes técnicas do programa de atenção psicossocial do município de Volta Redonda sobre a relação entre a política de saúde e o Ministério Público/Poder Judiciário. A pesquisa possui caráter qualitativo, obtendo dados a partir de entrevista semi-estruturada com a equipe técnica que compõe os quatro Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) do Programa de Atenção Psicossocial do município de Volta Redonda.

Palavras-chave: Poder Judiciário; Política de Saúde; Interdição.

DROGAS E SERVIÇO SOCIAL: APONTAMENTOS INICIAIS SOBRE O TRABALHO PROFISSIONAL NO CAPS AD

MELO, Anastácia Mariana da Costa.

RESUMO

O trabalho que apresentamos a seguir possui como objetivo realizar uma breve discussão acerca da inserção do Serviço Social na área temática da saúde mental, esta que está voltada para as questões relacionadas ao uso abusivo de álcool e outras drogas. Também se pretende com essa reflexão apontar alguns avanços e limites da atuação profissional nos Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Outras Drogas (CAPS ad) na atual conjuntura. A abordagem utilizada nesse trabalho consiste em revisão bibliográfica sobre o tema com caráter qualitativo de pesquisa. Na atual conjuntura a política de Saúde Mental aponta para a construção de diversas ações no campo temático sobre álcool e outras drogas. O modelo de cuidado e tratamento voltado para essa população específica está ancorado nos princípios do SUS e da proposta Antimanicomial, onde se prevê a oferta de serviços de base territorial e abertos na comunidade. Assim compreendemos o proibicionismo em relação às drogas como uma questão a ser debatida nesse contexto, e que o mesmo possui grande interferência nas ações políticas e profissionais nessa área específica. Para tanto refletimos sobre o papel das drogas na sociedade humana, assim como o papel opressor do Estado com os sujeitos que fazem uso abusivo de álcool e outras drogas.

Palavras-chaves: Drogas, Serviço Social, Proibicionismo.

VIOLÊNCIA E SAÚDE

FERREIRA, Marcellly Cristina dos Santos; SOUZA, Rozana Aparecida de.

RESUMO

No Brasil, a violência vem manifestando-se em números elevados e crescentes, provocando indicadores de saúde absolutamente negativos para a sua população. Representam eles um problema de saúde pública de grande magnitude e transcendência, já que vêm provocando forte impacto na morbimortalidade das populações. O Serviço Social tem na questão social a base de sua fundamentação enquanto especialização do trabalho. Nessa perspectiva, a atuação profissional deve estar pautada em uma proposta que vise o enfrentamento das expressões da questão social que repercutem nos diversos níveis de complexidade da saúde, desde a atenção básica até os serviços que se organizam a partir de ações de média e alta complexidade. O curso de Serviço Social do UniFOA, propõe para o ano de 2016 o projeto de Extensão Violência e Saúde que tem por objetivos: contribuir no processo de desenvolvimento de ações de prevenção à violência junto aos usuários do Centro de Ciências da Saúde (CCS); fomentar ações de articulação do CCS com os diversos programas das políticas sociais locais na perspectiva de fortalecer a rede de proteção de combate a violência e o sistema de garantia de direitos; desenvolver atividades socioeducativas e de informação em saúde; oferecer espaços de capacitação para os profissionais do CCS no que se refere ao processo de identificação e notificação/atendimentos.

Palavras-chave: Violência e Saúde; Serviço Social; UniFOA.

O SERVIÇO SOCIAL NO MINISTÉRIO PÚBLICO: ATRIBUIÇÕES, DEMANDAS E DESAFIOS PROFISSIONAIS

SILVA, Ingrid de Carvalho; ESCOBAR, Karin Alves do Amaral.

RESUMO

Conforme a Constituição de 1988 o Ministério Público se constitui instituição do sistema de justiça guardião do Estado Democrático de Direito, defendendo a ordem jurídica, o regime democrático e os interesses sociais e individuais indisponíveis. Seu dever é zelar pelos Direitos difusos e coletivos, ou seja, pelos interesses da maioria da sociedade e principalmente dos mais vulnerabilizados, como crianças, idosos, mulheres, pessoas portadoras de deficiência. As demandas do Serviço Social se dividem em situações individuais, realizando estudos sociais, pareceres destinados às promotorias solicitantes em casos de violações de direitos; atuação nos direitos difusos e coletivos, que se dá através de vistorias a entidades públicas e privadas e avaliação de políticas públicas. Nesse sentido o presente trabalho pretende refletir acerca das atribuições e demandas profissionais do assistente social nesse espaço sócio-ocupacional; abordar a inserção profissional no Ministério Público; identificar as dificuldades encontradas para a materialização do projeto ético-político profissional nesse campo. De acordo com as leituras realizadas o principal desafio enfrentado pelos assistentes sociais é a de universalizar demandas individuais. Deve-se pensar em uma atuação profissional voltada para a coletivização das demandas individuais partindo das situações singulares de indivíduos, famílias, grupos e segmentos, atravessadas por determinações de classe, para as suas dimensões universais, transitando da esfera privada para a cena pública onde se processa a luta por direitos.

Palavras-chave: Atuação Profissional; Ministério Público; Serviço Social.

O TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL NO CONTEXTO HOSPITALAR

FREITAS, Diana Mara; ESCOBAR, Karin Alves do Amaral.

RESUMO

O interesse pelo tema surgiu a partir da experiência no campo de estágio na área da saúde, em específico no contexto hospitalar. O trabalho apresentado é resultado da sistematização de leitura da disciplina de oficina de pesquisa social com o intuito de subsidiar a construção do projeto de trabalho de conclusão de curso. O assistente social é considerado profissional da área da saúde por resoluções do Conselho Nacional de Saúde e Conselho Federal de Serviço Social, em função da política de saúde se constituir uma política social e parte da seguridade social. O assistente social a partir do seu Projeto Ético-Político pode efetivar a dimensão da defesa e ampliação dos direitos sociais do indivíduo. Na área hospitalar o assistente social desenvolve várias ações com o diferencial de visar à humanização e a integralidade da atenção ao usuário. Deste modo esse estudo pretende analisar as possibilidades de atuação do Assistente Social no contexto hospitalar, a partir de pesquisa bibliográfica. Nas competências do Assistente Social, em sua atuação no âmbito hospitalar estão: encaminhar providências e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população; orientar indivíduos no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos; executar e avaliar pesquisas de análise da realidade social subsidiando o trabalho profissional.

Palavras-chave: Política de Saúde, Serviço Social, Hospital.

(RE)AFIRMANDO OS DIREITOS REPRODUTIVOS: O ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA PELO MINISTÉRIO DA SAÚDE

SILVA, Ingrid de Carvalho; DIZ, Tamires Souza; SOUZA, Rozana Aparecida de.

RESUMO

Projeto de iniciação científica realizado em 2015, que propôs identificar e analisar a atuação do Ministério da Saúde (MS) no enfrentamento à violência obstétrica. Foram identificados os principais documentos e ações do MS que têm por objetivo enfrentar a violência obstétrica; analisou-se a política de humanização do parto e refletir sobre sua capacidade de enfrentamento à violência obstétrica. Esta pesquisa teve uma abordagem qualitativa. A técnica de coleta de dados utilizada foi a análise de documentos. As regulamentações acerca do atendimento à mulher no pré parto, parto e pós-parto ainda são bastante limitados, considerando-se o grande número de mulheres que sofrem a violência obstétrica, como demonstra a pesquisa da Fundação Perseu Abramo. E que, apesar do termo “Violência Obstétrica” ainda não ser tipificado como crime no Brasil, avanços nas legislações, se cumpridos conforme seu teor, garantem um atendimento diferenciado do que é dispensado hoje nas redes de atendimento. Desta forma, diante de uma prática mecanizada dos profissionais de saúde, da falta de estrutura das instituições, da desvalorização de funcionários e de uma cultura de “detenção de saberes” (visto que a figura do médico é entendida como o detentor de saber científico sobre os corpos), e que este “saber” é exercido através do “poder, da apropriação”, principalmente sobre o corpo feminino, deve-se buscar a efetivação das leis já existentes e buscar caminhos para a superação de todas as formas de violência que são perpetuadas através condutas invasivas, desumanas e de desrespeito aos direitos da mulher.

Palavras-Chave: Violência Obstétrica; Direitos Sexuais e Reprodutivos; Ministério da Saúde.